



## EDITORIAL

A Revista *Exitus* está em seu 8º volume dando sequência ao trabalho de estabelecer o diálogo científico com a comunidade acadêmica nacional e internacional. Oriunda do Programa de Pós-graduação do Instituto de Ciências da Educação/ICED da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, a revista cumpre seu objetivo de disseminar os avanços no campo educacional. Neste volume 8, número 1, apresentamos as contribuições nacionais oriundas de pesquisas desenvolvidas nos Estados de Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Pará, Alagoas, Rio Grande do Sul, Amazonas e Rio de Janeiro. A experiência internacional está contemplada no artigo de pesquisadoras da Universidade de Aveiro, Portugal.

Na sequência deste editorial, o leitor terá acesso a uma visão do conjunto da coletânea, onde apresentamos os caminhos a serem percorridos por todos os que desejam desfrutar de reflexões atuais para a compreensão do fenômeno educacional.

**A EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE** é o título da conferência proferida por *Anselmo Alencar Colares*, onde foi abordado o tema a educação superior, enfatizando a linguagem e a avaliação. Como já tornou-se parte integrante da organização da Revista *Exitus*, após a conferência seguem-se os artigos, agrupados por temáticas que os aproximam. Este volume, está constituído por doze artigos. Oito estão na seção *Gestão e Política da Educação*. Dois na seção *Educação Matemática*. Dois artigos que não mantinham relação direta com os títulos das seções um e dois, foram agrupados na seção denominada *Outros temas em educação*. Na sequência, faz-se uma breve apresentação de todos eles, com o intuito de fornecer uma visão geral do conteúdo e antecipar alguns pontos para reflexão.

O artigo que abre esta coletânea é escrito por *Luciene Amaral da Silva* e *Inalda Maria dos Santos* **LIMITES E DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA**

**ESCOLA PÚBLICA: um estudo a partir do sertão alagoano**, analisa os motivos que levaram três escolas da 6ª Coordenadoria Regional de Educação pertencente à Secretaria de Estado da Educação de Alagoas a submeterem-se à indicação de professores para o provimento da função de gestor escolar dentro de um processo de gestão democrática implantado na rede pública estadual de ensino desde 1999. Partem do entendimento de que a gestão democrática é um processo de participação consciente dos sujeitos para que a democracia seja exercitada em âmbito escolar. O texto contextualiza a gestão democrática dentro do processo de redemocratização do país e aponta elementos como interesses pessoais, legislação defasada, más condições de trabalho dos professores da rede estadual de educação, para compreensão do fenômeno da indicação que acontece no Estado de Alagoas.

Em seguida, o texto **ENTRE A ELEIÇÃO E A INDICAÇÃO POLÍTICA: as relações de poder no cotidiano do gestor escolar**, de *Isabela Macena dos Santos* e *Edna Cristina do Prado*, apresenta os resultados de uma pesquisa de mestrado que teve como objetivo analisar diferenças e semelhanças das relações de poder presentes no cotidiano de gestores escolares com cargos providos por indicação político-partidária e eleição direta da comunidade. O estudo está referenciado em Cruz Neto (2013; 2014), Foucault (2009; 1979), Lück (2005; 2007), Mendonça (2001), Paro (2003), Verçosa (2006), dentre outros estudiosos. Os dados analisados permitem afirmar que o cotidiano das escolas pesquisadas tanto nas com eleição como nas com indicação apresentam, ainda que em graus diferenciados, marcas da interferência político-partidária na gestão, demonstrando a necessidade de um maior fortalecimento dos mecanismos de gestão democrática.

**DIVERSIDADE E GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO EDUCACIONAL**, de autoria de *Francisca das Chagas Silva Lima* e *Maria José Pires Barros Cardozo*, trata da diversidade a partir do princípio da gestão democrática e das questões que enfocam a valorização das diferenças no âmbito da escola mediante a participação, o trabalho, as decisões coletivas e

autonomia. É abordada a questão da diversidade e sua relação com a política educacional brasileira, destacando os desafios para a gestão democrática da educação e da escola. Enfatizam que são necessárias práticas que valorizam e promovam a diversidade, sem desconsiderar a perspectiva da igualdade, tais como as políticas compensatórias e ações afirmativas, uma vez que, emergem dessas políticas novos desafios, especialmente para educadores e gestores escolares, pois sua execução implica a necessidade rever o papel da educação, da escola e de seus profissionais frente às diversidades.

Sob a autoria de *Dora Maria Ramos Fonseca*, o texto **POLÍTICAS DE IGUALDADE DE GÊNERO: uma reflexão a partir de um estudo sobre manuais escolares**, disserta sobre um estudo realizado em quatro manuais escolares da disciplina de Estudo do Meio, em Portugal, destinados ao primeiro ano de escolaridade do ensino básico, pertencentes a editoras distintas. Destaca as representações de gênero privilegiando a técnica da análise da imagem presente nos manuais escolares considerando as abordagens quantitativa e qualitativa. Apresenta a análise das imagens por meio de categorias definidas *a priori*. O estudo revelou a transmissão de modelos estereotipados de mulheres e de homens sendo-lhes atribuídas características físicas e psicológicas que seguem, de muito perto, os modelos tradicionais de feminilidade e de masculinidade. Destacam que as orientações internacionais e nacionais não têm conduzido a resultados efetivamente visíveis nos materiais pedagógicos destinados à escola, em particular nos manuais escolares. Apesar de o discurso político-normativo promover a igualdade de gênero, continuam a ser perceptíveis, nos manuais escolares, desigualdades nas representações sociais de homem e de mulher. Questiona, ainda, sobre a razão da continuidade da transmissão de modelos estereotipados de gênero nos manuais escolares, contrariando as recomendações supranacionais e nacionais e legislação em vigor, em Portugal.

No texto, **O PROGRAMA ESCOLA LIVRE EM ALAGOAS, A CRISE DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL E O FORTALECIMENTO DA DIREITA POLÍTICA BRASILEIRA**, de autoria de *Jorge Fernando Hermida e Jailton de Souza Lira*, analisa o processo de aprovação da Lei nº 7.800, de 05 de maio de 2016, que institui, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino, o Programa Escola Livre em Alagoas. A lei procura atuar na defesa da “neutralidade” ideológica, política e religiosa dos professores e sua aprovação provocou intensos debates entre segmentos da sociedade civil, instituições educacionais e religiosas, movimentos sociais, educadores e estudantes. Com base na interpretação marxista da história, o artigo conclui que a aprovação da lei foi possível graças às peculiaridades culturais, econômicas e políticas do estado de Alagoas, levando em conta a existência de fortes traços de prática coronelista e violência política, que convivem historicamente com um elevado índice de desigualdade social e concentração de riquezas. Outro aspecto em destaque refere-se à tentativa de homogeneização dos sujeitos educacionais, negando as diferenças existentes socialmente, além de monitorar o trabalho docente, esvaziando-o de conteúdos e de metodologias que promovam o espírito crítico dos alunos. Evidenciam os conceitos de educação, igualdade, liberdade e política evocados no texto da lei, foi elaborado a partir de concepções ideológicas e de democracia burguesas (idealistas). Destacam que essas concepções se confrontam com as contradições, pluralidade e diversidade (reais) que caracterizam a sociedade brasileira.

*Geraldo Grossi Júnior, Ronara de Castro Azevedo Alcantara, Stela Fontes Ferreira da Cunha*, no artigo **O PROCESSO DE ELABORAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO E A REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA SASE/MEC**, apresenta o resultado de um trabalho realizado em 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. Faz a reflexão de como uma política de estado que surpreendeu pelos resultados alcançados, devido à composição articulada de uma rede de assistência técnica que pudesse dialogar com todos os estados, Distrito Federal e municípios do país.

Destacam que, na esfera municipal todos os 5.570 municípios que possuem código do IBGE concluíram o processo ou estão em fase de conclusão de elaboração ou adequação de seus planos de educação.

*Patrícia Rocha de Brito Lira e Andréia Ferreira da Silva* no artigo **DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DO DESEMPENHO NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: a atuação do Governo Federal (1995-2012)**, apresentam resultados de pesquisa que examinou a atuação do Governo Federal na disseminação da cultura do desempenho na educação básica brasileira no período de 1995 a 2012. A cultura do desempenho compreende uma pluralidade de princípios, conhecimentos, valores, tecnologias e modos de fazer, de pensar e de se comportar fundadas no desempenho. Destacam que o fortalecimento dessa cultura gera alterações no cotidiano educativo. Assim, o texto examina quatro estratégias do Governo Federal que objetivaram a disseminação e o fortalecimento da cultura do desempenho na educação brasileira: a) a instituição de um sistema de avaliação da educação básica b) a realização de olimpíadas científicas em diferentes áreas do conhecimento c) a concessão de premiação a “iniciativas exitosas” de docentes e escolas e d) a implantação de ações para a mobilização social para o acompanhamento e fiscalização da qualidade da educação. Por fim, o texto analisa as políticas de avaliação externa no país e da análise de documentos legais e normativos federais. O caráter de continuidade das iniciativas instituídas pelo Governo Federal no período estudado, marcado pelo aprofundamento da lógica gerencial, pela disseminação dos valores de mercado no campo educacional público e pela indução dos governos estaduais e municipais à criação de seus sistemas próprios de avaliação e ao uso de seus resultados com fortes consequências para os docentes.

Completando o ciclo de análises que envolvem a temática Gestão e Política da Educação, *Telma Alves* subscreve o nono artigo **CURRÍCULO E INTERDISCIPLINARIDADE NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO PROEJA**, o texto analisa criticamente o Projeto Político-Pedagógico do curso de

Manutenção e Suporte em Informática, implantado em 2006 do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. O escopo da análise relaciona-se a forma como o currículo integrado foi evidenciado e a concepção de interdisciplinaridade apresentada no texto da proposta pedagógica. Através do entrecruzamento de documentos e à luz de referenciais teóricos, a análise preocupa-se em identificar a garantia de ofertar os conhecimentos historicamente construídos pela humanidade aos jovens e adultos trabalhadores, destinatários do PROEJA. Destacam o significado do trabalho docente na mediação das propostas das políticas e/ou programas educacionais, na modalidade de educação de jovens e adultos, apontando para a importância de pesquisas que considerem o trabalho do professor como objeto e que contribuam para as formações inicial e continuada de professores nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional.

Iniciando a seção Educação Matemática, *Emerson Silva de Sousa, Isabel Cristina Machado Lara e Maurivan Güntzel Ramos*, no artigo **CONCEPÇÕES DE MODELAGEM E A PESQUISA EM SALA DE AULA NA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**, apresentam uma visão geral das principais concepções sobre Modelagem Matemática no contexto educacional como parte do processo de pesquisa em sala de aula. Destacam por meio da abordagem teórica as convergências e divergências entre três concepções de Modelagem, e identificam o favorecimento do processo educativo pelo seu uso, levando em conta essas convergências e divergências. Partem do estudo de três publicações, identificando que essas publicações sinalizam convergência nos aspectos mais essenciais da utilização da Modelagem, propiciando assim, a integração desta com alguns aspectos da pesquisa em sala de aula, além de apontar uma aproximação das três concepções de Modelagem na Educação para um favorecimento dos processos ensino e aprendizagem de Matemática e de outras Ciências.

**REFLEXÕES SOBRE O PERCURSO FORMATIVO DE FUTUROS PROFESSORES DE MATEMÁTICA DURANTE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO**, de *Gerson Ribeiro*

*Bacury e Tadeu Oliver Gonçalves*, resulta das experiências formativas e constitutivas da pesquisa de doutorado intitulada “práticas investigativas na formação de futuros professores de matemática”, defendida em 2017. Apresenta reflexões sobre o percurso formativo de futuros professores de matemática. Aborda o percurso formativo do autor, com vistas às reflexões presentes no texto. Discutem aspectos teóricos, os caminhos metodológicos sob a égide da pesquisa colaborativa e as reflexões esquadrihadas e pautadas nas informações recolhidas durante o processo da pesquisa, com base nos percursos formativos dos partícipes desse estudo, subsidiados pelas sessões reflexivas. Foi evidenciado o fato dos futuros professores, em suas reflexões, destacarem as dificuldades que passam os estudantes na educação básica e, com isso, em sua atuação futura como professores de matemática, procurar outros caminhos didáticos e metodológicos para ensinar a matemática a seus estudantes.

A seção Outros temas em Educação inicia com o artigo de *Karen Christina de Almeida Batista Ramos, Lana Claudia de Souza Fonseca e Tatiana Galieta Nascimento*, **VISÕES SOBRE O SER HUMANO E AS PRÁTICAS DOCENTES NO ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA**, apresentam uma investigação que buscou compreender de que forma as práticas docentes sobre Ser Humano se relacionam com as visões de professores de Ciências e Biologia sobre o Ser Humano. Identificam quais os possíveis fatores podem interferir nas práticas docentes. As práticas docentes relatadas ressaltam a inclusão do cotidiano dos alunos, o uso de suas concepções prévias e a ampliação do diálogo em sala de aula em sintonia com a visão predominante de Ser Humano focada em aspectos biológicos, ainda que a visão cultural (que contemplam as dimensões histórica e social) e a visão filosófica fizessem parte do conjunto de concepções apresentadas pelos sujeitos da pesquisa. Quanto aos fatores que interferem nas práticas docentes aparecem o currículo, as avaliações e o comportamento dos alunos. Sinalizam a necessidade do desdobramento do tema em novas

investigações empíricas que contemplem outros cenários e perfis diversos de sujeitos.

**A VISÃO DOS PRECEPTORES A RESPEITO DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL COM FOCO NA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA NO INTERIOR DA AMAZÔNIA**, é o título do artigo de *Monique Natálie Silva Pereira, Jorge Carlos Menezes Nascimento Junior e Edna Ferreira Coelho Galvão*, avalia a percepção sobre o processo de ensino aprendizagem desenvolvido no contexto da Ortopedia e Traumatologia entre preceptores inseridos na Residência Multiprofissional em Saúde na Atenção Integral em Traumatologia e Ortopedia. Demonstram, nos resultados da pesquisa, que, 72,4%; n=21 respondeu “Não” quando questionados se tiveram acesso ao Projeto Político Pedagógico (PPP) e a parcela de 93,1%; n=27 acreditam que a Residência está voltada para o fortalecimento dos princípios e diretrizes do SUS. Assim, ponderam que o processo de ensino aprendizagem da Residência Multiprofissional possui pontos positivos assim como algumas lacunas em sua estrutura que podem ser minimizadas por meio da organização e entrosamento entre a equipe envolvida no programa, para que o ensino e aprendizagem seja um instrumento de mudança na oferta de saúde de qualidade à comunidade.

Completando as contribuições reflexivas deste número da Revista Exitus temos a resenha intitulada **GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**, de autoria de *Érico Santos Pimenta e Sandra Fernandes Leite* sobre o livro **Políticas Educacionais**, organizado por Fernando Tavares Junior e Luiz Flávio Neubert. A obra perpassa a gestão e avaliação da educação pública brasileira, tangenciando desigualdades e perspectivas educacionais a partir de um olhar sociológico, a evolução do IDEB em uma escola estadual Fluminense (RJ), o processo de implementação de um sistema de avaliação no município de Limeira - SP e o programa de Intervenção Pedagógica – Alfabetização no Tempo Certo em Minas Gerais, além da inspeção escolar.





Finaliza a discussão com a possibilidade de equidade e oportunidades em relação à Educação no Brasil.

Desejamos a todos uma ótima leitura deste número e que propicie elementos para uma melhor compreensão dos temas na área da educação, de modo que possamos projetar ações concretas no cenário ao qual estamos vivendo.

*Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lília Imbiriba Sousa Colares*  
*Editora*